



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da audiência pública do EIA/RIMA do empreendimento do “Trecho Leste do Rodoanel Mário Covas”, de responsabilidade da Dersa-Desenvolvimento Rodoviário S/A, realizada na cidade de Arujá em 23 de julho de 2009.**

Realizou-se, no dia 23 de julho de 2009, às 17 horas, no Teatro Municipal de Arujá-SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “**Trecho Leste do Rodoanel Mário Covas**”, de responsabilidade da **Dersa-Desenvolvimento Rodoviário S/A**. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Gráziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes dos Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Abel Larine e Luiz Alves, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Arujá, e João Vani Anunciante, Secretário de Planejamento e Meio Ambiente do Município de Arujá, Dagmar Corato, Secretária de Saúde do Município de Arujá, e Anã Cristina Poli, Secretária Municipal de Cultura do Município de Arujá –, do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Vereadores do Município de Arujá, Senhores Walmir Moreira dos Santos, Abel Franco Larin, Wilson Ferreira e José Sidnei Schaid –, do Poder Judiciário – na pessoa da Excelentíssimo Senhor Leandro Bakawski, Promotor de Justiça do Município de Arujá –, dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental–EIA/RIMA do empreendimento “**Trecho Leste do Rodoanel Mário Covas**”, de responsabilidade da Dersa-Desenvolvimento Rodoviário S/A (Proc. SMA 6563/2009). Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o **Secretário Executivo** esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. **Paulo Vieira de Souza**, representante da Dersa-Desenvolvimento Rodoviário S/A., apresentaram o histórico da empresa e o projeto, e **Ana Maria Iversson**, representante da empresa da Consórcio JGP-Primer, apresentaram os estudos ambientais, dando ênfase aos principais impactos e as medidas a serem utilizadas para compensá-los. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema. **Fabiano Rodrigues**, representante da Sociedade Amigos do Bairro do SESC, manifestou seu repúdio contra o conteúdo do vídeo apresentado, porque ele evidencia uma negociação ou troca de favores, pois, embora identificado com o emblema da Dersa, ele promove propaganda política, o que se torna claro quando fala de questões habitacionais e o assunto em pauta diz respeito a uma obra de engenharia, que é a construção de uma estrada. Comentou, igualmente, que, em relação ao EIA/RIMA, tem-se a impressão de que se dirige a uma platéia constituída por técnicos, biólogos, engenheiros, quando, na verdade, se está diante de pessoas comuns, agricultores, produtores, moradores, e é preciso usar com elas uma linguagem acessível, clara e simples. Contestou a informação oferecida pelo empreendedor de que não haverá poluição do ar, porque se sabe que o óleo combustível produzido no Brasil é o pior do Mundo, com 500 partículas por milhão, e a contaminação que provocará, através das águas das chuvas, poderá chegar aos mananciais. Ateu para



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

o fato de que será impactada a Represa de Taiacupeba que se localiza no Município de Suzano e abastece 3 milhões de pessoas, inclusive a população da cidade de Arujá e da região, e que não adianta apenas criticar, sem apresentar nenhuma proposta. Perguntou ao representante da Dersa por que não se utilizar a Avenida Jacu-Pêssego e a Rodovia Índio Tibiriçá para se retirar o trânsito da Capital e declarou que não fizeram sentido os argumentos utilizados por uma das manifestantes favoráveis à implantação do Rodonel, porque não se trata de uma obra habitacional, como ela fez, e, sim, de uma rodovia, e que essa manifestante deveria cobrar do Governo uma política habitacional de qualidade, e não a construção de mais estradas. Questionou as afirmações oferecidas pelo representante da Dersa em relação ao valor pago pelas casas desapropriadas e concluiu sua intervenção dizendo que tudo deveria ser esclarecido. **Edson Barbosa**, representante da Associação dos Direitos Humanos do Alto Tietê de Poá, declarou que a associação tem participado, desde a sua criação, em janeiro de 99, das discussões em apoio aos direitos das pessoas que residem na região e que está encampando aquelas que se dão em torno do Rodoanel, principalmente os debates que ocorreram em Suzano, Poá e Itaquaquecetuba. Questionou a condução das audiências públicas, que, a seu ver, não contemplam a realidade, não respondendo aos questionamentos dos representantes das entidades e associações, que levarão sua experiência de participação para a população e para os políticos, orientando-os para que abram os olhos. Alertou aos participantes para o fato de os representantes da Dersa estarem preparados para fazer a sua exposição e “vender o peixe”, embora não soubessem responder, ao serem questionados, o número de famílias de Arujá que seriam impactadas pelas obras do Rodoanel. **Claudia Prudente**, representante da entidade Capivari-Monos, depois de informar que o objetivo dessa organização é conservar o meio ambiente e recuperar as áreas degradadas, declarou ter feito uma leitura do EIA-RIMA e ter acompanhado de perto, durante um ano, o trabalho de resgate da flora no Trecho Sul do Rodoanel, e que, como bióloga, com especialização na área de flora e vegetação, tem sugestões a fazer para melhorar o projeto, entre as quais: 1) tornar mais ágil a previsão de recursos para a construção de viveiros de plantas, alinhando esse recurso já no contrato com as construtoras ou consórcios responsáveis, de forma que a ação de resgate da vegetação ocorra de maneira adequada e com a infraestrutura necessária; 2) alinhar o cronograma de obras com o do resgate, pois a ocorrência das duas ações, em paralelo, conforme consta no RIMA, já se mostrou muito difícil; 3) realizar o resgate antes do desmatamento, se possível juntamente com as equipes de topografia; 4) revisar a proporção entre desmatamento e replantio, que difere nos Trechos Sul e Leste; 5) como a vegetação a ser suprimida é classificada no RIMA como sendo de “estágio médio avançado”, o que significa uma vegetação mais conservada, reforça a necessidade de se fazer revisão dessa proporção. **Jerônimo Barreto da Silva**, representante da Associação dos Moradores do Jardim Nossa Senhora Aparecida, no Jardim São Francisco, em São Mateus, afirmou que, nas primeiras audiências públicas, havia 519 famílias, mas, logo em seguida, esse número passou para 867 famílias, que ele considera que estão sendo beneficiadas, uma vez que estão indo para apartamentos ou recebendo indenizações, e que, até então, elas moravam à beira dos esgotos, perto dos ratos, sem iluminação pública e pavimentação. Declarou, em seguida, que é preciso lutar pela questão ambiental, mas também é preciso levar em conta que as crianças que moram em bairros muito carentes não dispõem de bibliotecas nem de programas culturais, de educação, e é preciso preservá-las da marginalidade. Declarou, também, que não acha justo que novas famílias se instalem nos locais de onde foram removidas, e que se ergam novos barracos, porque a seus olhos é indefensável que as pessoas recebam indenizações e voltem a se instalar no mesmo lugar. Encerrou sua participação dizendo que as pessoas vieram para a audiência como objetivo de defender uma moradia digna para as famílias, e que, assim procedendo, defendiam também o meio ambiente. **Hamilton Clemente Alves**, representante do Movimento Ambiental, Cultural e Ecológico – MACE, de São Mateus, comentou que cada região tem suas particularidades e que para umas a obra significa benefícios, para outras, perdas, e que, além do

2



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

MACE, participa do Movimento em Defesa das Famílias que estão no traçado da Jacu-Pessego e que sabe que essa obra, como o Rodoanel, trará impactos. Prosseguiu dizendo que respeitava todas as opiniões, inclusive daqueles que são contrários à implantação do Rodoanel, e era favorável ao desenvolvimento, desde que ele seja feito com sustentabilidade e seja discutido pela sociedade. Concluiu sua participação dizendo que ele, assim como outros companheiros, não estão fazendo nenhum acordo com a Dersa, que o movimento do qual faz parte é favorável à obra, até porque não se trata de uma obra do PT, do PSDB, mas de uma obra do povo, que tem de ser respeitada. Ao concluir declarou que é preciso discutir a questão das mitigações, porque não acha justo que uma área seja impactada com uma obra e a compensação seja destinada a outra região. **Edneia de Jesus dos Santos Ribeiro**, representante da Associação Amigos do Bairro e Moradores do Jardim Vianna, de Itaquaquecetuba, declarou que o exercício da democracia é louvável, mas muitas pessoas que estavam presentes não respeitavam esse direito. Declarou, também, que estava indignada, pois, ao participar de outra audiência, colheu dados para repassar aos moradores e esses dados não foram confirmados pelas autoridades, o que colocava em xeque a confiabilidade da associação que representa, fato esse que a aborrecia muito, porque a construção de uma imagem de respeito e de valor exige tempo e passa por várias provações, e que a quebra de credibilidade pode ocorrer a qualquer momento. Declarou que defendia fossem mantidas as informações oferecidas durante as audiências e as promessas feitas nessa oportunidade, porque, como geógrafa, sabia o que significa trabalhar com probabilidades. **Cristiane Monteiro**, representante do Movimento em Defesa da Dignidade, de Mauá, afirmou que não se ateria a termos técnicos, e que considera que o meio ambiente é algo que deve ser tratado com muito carinho, e que seu movimento cuidava das pessoas e de suas moradias. Alertou para o fato de que, no dia 28, quando todas as cidades estiverem reunidas, irá registrar, como faz agora nessa audiência, o fato de que o prefeito de Mauá não esteve presente nem na audiência da própria cidade. Observou que uma obra do porte do Rodoanel não vem sozinha, pois há muita gente envolvida, e todos devem ser cobrados: as prefeituras e os prefeitos, porque tudo produz efeito colateral. Declarou que tratar de moradia é algo delicado, que a iminência de uma mudança pode levar alguém até adoecer, mas as pessoas têm de estar abertas para o novo, e que tem toda autoridade para falar em moradia, porque nos últimos meses esteve fiscalizando desapropriações, cobrando da Dersa, porque aquilo que ela acordou tem de ser cumprido. Declarou também que, neste momento, aparecerão entidades, políticos, entre eles aqueles hipócritas que defendem mundos e fundos e só tiram proveito da situação, e que todos devem estar atentos e que as pessoas tem de ser assistidas de forma social, humana e não de forma politiquiera. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. **Mário Roberto Bueno de Camargo** declarou estar representando também funcionários de uma empresa que se localiza na Rodovia Presidente Dutra, a qual, de acordo com o traçado do Trecho Sulo do Rodoanel sofrerá problemas de acesso, e que essa situação afetará entre quinhentas e seiscentas pessoas, o que o leva a solicitar que a prefeitura dispense a atenção devida, pois, se se concretizar esse problema, muitas delas perderão seus empregos. **Washington José dos Santos** apresentou-se como procedente do reassentamento de Osasco e disse que cumpre a promessa que fez de acompanhar todas as audiências, para ouvir a apresentação dos estudos ambientais e poder testemunhar toda essa experiência. Ao concluir afirmou que, se o Rodoanel, por um lado, trouxer transtornos e degradar o meio ambiente, por outro, solucionará alguns problemas. **Maria do Socorro** declarou que sua intenção não é defender a implantação do Trecho Leste do Rodoanel e que acompanhou as audiências porque se sensibilizou com as famílias que serão impactadas por essa obra, pois viveu a mesma experiência ao ser construído o trecho oeste dessa rodovia, e tede de negociar para que ambas as partes, moradores e responsáveis pelo Rodoanel fossem beneficiadas, mas que evidentemente os últimos saem ganhando. Declarou também que foi desapropriada, foi para o aluguel, que a Dersa pagou durante quase dois anos e que as pessoas que optaram pela indenização foram pagas a preço de mercado, o



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

que tornou possível àquelas que viviam em condições subumanas viver atualmente em uma casa com infraestrutura e legalizada, porque totalmente quitada. Declarou ainda que a Dersa fez as compensações, construindo áreas de lazer para as crianças, marginais, parques, escolas, piscinões e passarela. **Luciana Maria Martins Bueno** declarou estar muito preocupada com tudo o que vai acontecer no bairro, porque até o momento não recebeu nenhuma informação, com exceção de que “o Rodoanel vai passar”, mas não se sabe onde, como, nem por quê. Declarou também que foi informada de que para obter os esclarecimentos de que precisa deveria dirigir-se à perua do Rodoanel que fica estacionada no Centro de Arujá, mas que mora muito distante e não é fácil se locomover. **João da Silva Faria** declarou, inicialmente, que era de Ribeirão Pires, era atleta, pois corria a cidade de Ribeirão Pires de ponta a ponta e, por isso, podia dizer que era uma cidade linda, que agora corre o risco de ser destruída, o que não considera certo, até mesmo porque tem de pagar pedágio pela aposentadoria. **Ercília Monteiro dos Reis** declarou que, na qualidade de advogada e representante dos moradores do Jardim Yamamoto, em Arujá, deixava claro que os defensores do traçado do Rodoanel na região são um tanto quanto parciais, porque não é verdadeira a informação de que será afetada apenas uma indústria, pois serão muitas, além do fato de que uma única indústria oferece cento e cinquenta empregos diretos, sem falar nos indiretos. Asseverou que uma outra indústria, localizada ao lado desta à qual acaba de se referir, oferece cem empregos diretos. Asseverou também que serão prejudicados os agricultores que produzem hortaliças na região e que vivem dessa atividade há vinte, trinta, quarenta e cinquenta anos e em cujas chácaras moram nove, dez e até vinte famílias, que nelas estão alojadas e delas tiram seu sustento. Argumentou que todo esse impacto deve ser avaliado, e que é muito fácil fazer curativo no machucado alheio. Declarou que os argumentos que os responsáveis por essa obra utilizam não os utilizariam se esse traço passasse por cima de um centro industrial. **Rosemeire Alves da Silva** declarou quealaria do seu coração, ou seja, que tinha uma casa que conseguiu comprar com muita dificuldade, mas que sequer tinha recibo, e que os responsáveis pelo Rodoanel pegaram sua casa, que era digna, estava em seu nome e tinha água, luz e o esgoto. Declarou que era só isso que tinha a dizer. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. **José Soares**, um dos representantes pelo Movimento em Defesa da Vida, comentou, inicialmente, que o vídeo apresentado no início pelos empreendedores e consultores não mostrava os impactos que o Trecho Sul do Rodoanel provocará no meio ambiente, motivo por que apresentaria o vídeo que mostraria esse aspecto. Apresentado o vídeo retomou sua manifestação, comentando inicialmente vários aspectos relacionados com a RMSP, principalmente aqueles pertinentes aos mananciais que a abastecem e cuja escassez condena à morte as futuras gerações, e que, como se comprova no Estado de São Paulo, a Represa Billings e o Rio Tamanduateí vêm perdendo a capacidade de produção, e que com as obras do Rodoanel esse problema se agravará, o que já foi amplamente discutido nos comitês de bacia do qual participa, chegando a ser elaborado o termo de referência, e que, depois de tudo pronto e acertado, as coisas mudaram, tendo até sido alterado o método construtivo. Perguntou, em seguida, se a aplicação dos recursos da compensação serão destinados à APA da Várzea do Tietê, porque, em caso positivo, ela será duplamente contemplada, porque já recebeu os recursos para adoção de medidas como compensação dos impactos causados pela construção do Trecho Oeste. Declarou ainda que não eram verdadeiras algumas informações oferecidas sobre a Várzea do Embu-Mirim e que era necessário visitar essa área para constatar que foi modificado o projeto original, inclusive no que diz respeito ao número de árvores plantadas, pois o projeto se referia a três milhões de mudas, para que fosse devolvida para a atmosfera quatrocentos litros por dia. Acrescentou que isso não acontecerá, e que com a água, matéria vital sem a qual nenhum ser humano vive, porque, com as pessoas, às quais devem ser destinados os recursos hídricos, não dá para fazer ensaio ou modelagem matemática. Comentou, também, que a reorganização do modelo estrutural veicular proposto para Mauá não foi implantado, cuja situação



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

atual é de grande complexidade, uma vez que o funcionamento do Trecho Sul do Rodoanel e sua interligação com a Avenida Jacu-Pêssego atrairá um fluxo veicular superior aos que as vias internas do município podem suportar, tornando-se necessárias obras complementares, mas algo que é importante é o fato de não se discutir com a sociedade os gargalos sociais, embora o regime seja democrático. Ponderou que manifestar-se e ser ouvido, que é o objeto das audiências, é um direito universal, mas as audiências realizadas pelo Consema não contemplam esse direito, porque não implementa a língua dos sinais, pelo menos libras, para que as pessoas que têm necessidades especiais possam delas usufruir. Comentou também que a interligação da Avenida Jacu-Pêssego com o Trecho Sul do Rodoanel exigirá a desapropriação de 1 mil 890 famílias, e que, em reunião com a Defensoria Pública de Mauá, soube que esse município não cumpriu o Plano de Regulamentação Fundiária de 2004, segundo o qual seria dado aos moradores do Bairro Oratório atingidos pelas obras de Duplicação da Avenida Jacu-Pêssego, uma vez que esse plano de regulamentação não consta do Plano Diretor de Mobilidade Urbana. Comentou ainda que a população não havia sido informada sobre a mudança que a Dersa implementou no traçado dessa avenida. Comentou que o mesmo acontecerá com Mauá, pois ela prometeu que seria construída uma via lateral à Estação Ferroviária, com a abertura da Rosa Kasinski, e seria construído também mais um viaduto, para desafogar Avenida do Estado, mas esse plano sofreu mudanças e a Rua Rosa Kasinski terá agora seis faixas. Comentou ainda que os jornais recentemente veicularam a notícia de que a Dersa aprendeu a fazer contas, mas que, a seu ver, ela desrespeita o Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos do cidadão ao não oferecer-lhes informações corretas sobre todas as impactos que serão causados e sobre as mudanças que implementou nos planos originais. Informou ainda que os jornais veicularam a notícia de que o Ibama multou a Dersa por estar realizando, sem a devida autorização, a remoção de animais, jogando todos dentro de um centro de recuperação, onde estão morrendo. Declarou ter enviado uma mensagem eletrônica para o cartunista Maurício de Souza solicitando que agendasse uma reunião com representantes da população que vive no entorno do traçado do Trecho Leste do Rodoanel que será construído, à qual foi entregue um folheto da "Turma da Mônica", que não encontrou o personagem Papa-Capim, que é o índio, e sentiu falta do Chico Bento, que é rural, pois só existem nesse folheto personagens urbanos, embora existam em Arujá tanto descendentes de índios como moradores da zona rural. Acrescentou que os personagens urbanos são privilegiados em virtude da ênfase que é dada à economia sobre pneus e, não, à economia sobre trilhos. Argumentou que o Rodoanel só será construído porque a população compra produtos, e que as indústrias precisam fazer a reconversão, mudar o modelo estrutural, entre outros motivos porque uma grande quantidade de pessoas são mortas em São Paulo pelo diesel, que contém 5 mil ppm de enxofre. Acrescentou que, só no Município de Mauá, 3 mil pessoas têm problemas respiratórios, principalmente crianças e idosos, e estes dados são fornecidos pela Universidade de São Paulo, com base em pesquisas que realizou. Argumentou ainda que esses dados não são veiculados, mas é veiculada a informação de que o Governo do Estado é muito bonzinho, generoso, o que, como dizia o filósofo Paulo Freire outra coisa não é senão uma "falsa generosidade." Comentou, também, que o jornal "O Estado de S. Paulo" mostrou, em uma edição recente, o Governador Serra entregando, em uma semana, 448 unidades de apartamento, sem água e sem luz, mas nenhum repórter visita o Trecho Sul do Rodoanel para ver o que está acontecendo. Declarou que se discutia a preservação dos mananciais, porque morava em área que, segundo a legislação, é totalmente preservada sendo 100% do território produtor de água, o que não a impedia de ser morta pelo poder econômico, porque o lixo que a Dersa está produzindo com a demolição está chegando em Rio Grande da Serra, pois aí seus caminhões descarregam esses resíduos, aterrando, assim, as nascentes existentes. Reiterou a afirmação anterior de que a região do ABC paulista produz água para a metrópole, inclusive Arujá, e que destruirá florestas com a construção dessa maravilha do século, que é o Rodoanel. Argumentou que quem não gosta da questão ambiental deve



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

preocupar-se, porque não há ensaios. Deus não brinca com a vida humana e, como dizia Einstein., “Deus não joga com dados”, e se está brincando com a vida humana, removendo as pessoas daqui. Comentou que isso igualmente ocorrerá com o entroncamento do Trecho Leste do Rodoanel com a Avenida Jacu-Pêssego, no Bairro Oratório, que induzirá à ocupação de Rio Grande da Serra, cujo território tem de ser preservado para se resguardar a produção da água. Acrescentou ainda que esse município, embora não possua recurso social ou econômico, possui grande potencial ambiental, e se está matando aquilo que garante a sustentação ambiental da metrópole. Depois de citar trecho de uma obra da escritora Clarice Lispector, esse representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, solicitou se refletisse sobre o fato de o Trecho Leste do Rodoanel Metropolitano cortar o território do Município de Arujá, traindo, portanto, o modelo de desenvolvimento econômico-social ambientalmente sustentável. **Ayrton Gimenes Gonçalves**, depois de comentar que pertencia ao Conselho Municipal de Arujá e era representante de uma entidade ambientalista, apresentou breve histórico sobre a repercussão do licenciamento ambiental do Trecho Leste do Rodoanel Mário Covas, desde a chegada da primeira missão da Dersa ao Município até a apresentação dos estudos, ideias e plantas, restando aos representantes das entidades ambientalistas com atuação local debruçar-se sobre esses documentos e ouvir a comunidade, para que se tirasse o melhor proveito possível e o menor sofrimento, já que se tem o entendimento de que o Rodoanel é irreversível e que os membros da comunidade trabalharão e ajudarão com propostas de cunho comunitário, porque se sabe que a intervenção é grande, as obras, vultuosas, as máquinas, enormes, e que, com certeza, os problemas advirão, embora se tente evitá-los. Declarou, afinal, que se manifestara para declarar seu apoio aos companheiros, à comunidade e aos técnicos. **Denise Jandelli Gimenes**, representante da Associação dos Moradores – Amujel, comentou ter conhecimento do terrível impacto que o funcionamento do Trecho Leste do Rodoanel provocará nessa região, que já é esquecida, abandonada, desde que foram retirados os acessos à ela, e que terá mais um acesso cortado com a construção desse trecho. Declarou que protocolou, no Conselho Estadual do Meio Ambiente, as reivindicações da comunidade e que pedia encarecidamente aos representantes do Rodoanel que as atendessem e não cortassem o diálogo ela, que não se concentra em um bairro, mas em uma região que há dez ou onze anos se encontra isolada por rodovias. Declarou, ao final, que a comunidade procurou a perua que oferece informações sobre o licenciamento e a construção desse trecho do Rodoanel Mário Covas e foi informada de que todas as esclarecimentos a esse respeito foram divulgadas pelo “Diário Oficial”, e que solicitava que em uma próxima ocasião essas informações fossem oferecidas diretamente à população. **Adjalma do Carmo Teresa** apresentou um vídeo com informações oferecidas pela Dersa sobre o Rodoanel. **Sérgio Luís da Silva**, presidente da Associação das Empresas do Centro Industrial de Arujá, comentou que essa associação se localiza às margens da Rodovia Presidente Dutra, Km 203, sentido São Paulo, e se trata de um conglomerado de sessenta e oito empresas que geram mais de 4 mil empregos diretos para o Município de Arujá e redondezas. Declarou que essa associação via com bons olhos a vinda do Rodoanel, uma vez que ele facilitará o escoamento da produção local, pois, com seu funcionamento, surge a possibilidade de não mais se trafegar pela Rodovia Presidente Dutra, cujo tráfego é muito intenso, e essa nova opção facilitará a vinda de novas empresas para o município, o que, por sua vez, aumentará a arrecadação, e que, com mais dinheiro em caixa, o Município poderá investir em educação e saúde. Argumentou ainda que, por outro lado, havia a preocupação com o fechamento do acesso que atualmente facilmente se utiliza, mas que os benefícios que a implantação desse trecho promoverá serão muito maiores que os prejuízos. **Lindalva Santos Bezerra**, representante da Sociedade Amigos do Bairro Rodrigo Barreto, de Arujá, declarou-se favorável à implantação do Trecho Leste do Rodoanel Metropolitano Mário Covas, porque seu funcionamento trará muitas facilidades para o trânsito da região. **José Lima**, representante da entidade Conlutas, comentou ser obrigação sua participar de todas as



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

audiências sobre os estudos ambientais do Rodoanel Metropolitano Mário Covas, uma vez que se trata de uma obra metropolitana. Declarou que, embora a Prefeitura Municipal de Ribeirão tenha recebido em junho cópia do Relatório de Impacto Ambiental, não o divulgou, porque era véspera de eleição, tendo o prefeito fugido de sua responsabilidade, porque já tinha negociado sua participação nesse *imbróglio*. Acrescentou que, em novembro, depois das eleições, representantes da Comunitá, empresa de assessoria da Dersa, e do GP Prime, empresa responsável pela elaboração desses estudos, foram à Vila Sueli, tiveram a “cara-de-pau” de falar que só convidaram as lideranças do bairro – estavam presentes nessa reunião dezesseis pessoas – e que a alegação por eles oferecida foi que “O pessoal não se interessa por isso. É muito traçado, é muito complicado, é muito risco”. Declarou, com outras palavras, que considerava a população do bairro burra, e, ao final da reunião, mostrou que a alternativa do traçado já havia sido escolhida, e explicaram que assim agiam porque o Rodoanel precisa ser feito. Nessa mesma ocasião, a técnica Ana Maria Iversson declarou que o Trecho Oeste não havia sido liberado, porque estava ambientalmente incorreto. Argumentou ainda que foram construídos dois trechos do Rodoanel e que, agora, estão construindo o terceiro, e que o motivo dessa pressa são as eleições no ano que vêm, e o Governador Serra é candidato a presidente, a Dilma, do PAC é candidato a presidente. Declarou também que o Tribunal de Contas da União rejeitou as contas relacionadas com a implantação do Trecho Sul, por superfaturamento das obras, e que a população, por sua vez, aproveitava esse momento, para pedir que esse projeto fosse aperfeiçoado, e, para tanto, fossem discutidas com elas outras alternativas de traçado. Declarou que, com esse intuito, procuraram a Promotora do Meio Ambiente de Ribeirão Pires, que, por sua vez, procurou outros promotores para exigir fossem realizadas novas audiências e para discutir as propostas formuladas pela Dersa, com o objetivo de evitar que ela repita o que fez com os municípios cujos territórios são atravessados pelo traçado do Trecho Sul, entre eles o de Ribeirão Pires, para o qual prometeu que destinaria os recursos da compensação ambiental, implantando nesse município um parque e um viveiro, o que não cumpriu, pois empregou esses recursos na reforma de asfaltos. Afirmou ainda que a população inquestionavelmente contribuía para a discussão, apresentando o traçado alternativo do Ferroanel, mas sabia que ela não seria aceita, uma vez que não interessa às empreiteiras, pois, como todo mundo sabe, sobre as empreiteiras pesam fortes acusações, como bem mostra a Operação Constran, deflagrada pela Polícia Federal contra a Mendes Júnior. Ao concluir convidou a população para a próxima audiência, que se realizaria no dia 28 de julho em São Paulo. O Secretário-Executivo solicitou ao Senhor Sérgio Pascoal Borges, que seria o próximo a se manifestar, que concedesse ao Senhor Luís Antonio Camargo a oportunidade de se manifestar, porque ele, mesmo com uma das costelas fraturas, pretendia posicionar-se. Aceita a proposta, **Luís Antonio Camargo** comentou que representava a OAB-subseção de Arujá, e que, com todo respeito e consideração àqueles que o antecederam e em nome de sua categoria, comparecendo a essa audiência dava sua colaboração para o desenvolvimento dessa obra e, mais ainda, para que ela se dê no marco da legalidade e da regularidade. Argumentou que a construção do Rodoanel é, evidentemente, uma necessidade para a região, porque o escoamento da produção é de suma importância. Acrescentou que, inegavelmente, essa obra trará melhoria no que concerne ao aumento do número de emprego e à melhoria dos transportes. Argumentou ainda que, por esse motivo, sugeria fossem relevados os impactos indiretos que essa obra promoverá, quais sejam, as desapropriações, que, sem dúvida, promoverá um impacto indireto em toda a região circunvizinha, notadamente nos bairros que serão cortados pelo Rodoanel. Informou que a Ordem dos Advogados do Brasil certamente acompanhará de perto o processo de discussão e de aprovação dos estudos ambientais e a execução dessa obra e se colocará à disposição da população para eventuais consultas sobre as dúvidas que possam surgir. Ao concluir afirmou que essa obra sem dúvida contribuirá para a melhoria sócio-econômica da região. **Sérgio Pascoal Borges**, representante da Comissão de Lutas do Jardim Celso, declarou que mora em Ribeirão



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Pires e que o Rodoanel passará dentro da CBC, que não fabrica bala de chocolate, mas, sim, bala de verdade. Declarou que Arujá é o único lugar do Estado de São Paulo onde ocorrem as quatro estações do ano, mas que, ao ser atravessado pelo Rodoanel, terá essa qualidade ambiental diminuída porque receberá poluição dos caminhões que emitem monóxido de carbono, deixando alguns deles cair parte da carga nos mananciais, e porque também serão construídas praças de pedágio. Acrescentou que o Rodoanel nada acrescentará e o importante é que se eliminem os carros, porque o grande transporte é a ferrovia. Comentou ainda que de nada adianta ter milhões de dinheiro se não se tem água, se não se tem o que comer. **João Paulo Alves Freire**, representante da Associação de Amigos e Moradores da Estância Noblesse, declarou que era mais um integrante da luta contra o Rodoanel, mas que era uma formiguinha, mais um louco nesse bando de loucos, que quer informar a respeito de alguns malefícios, mas muitas pessoas preferem fechar os ouvidos, outros preferem nem parar para me escutar, porque, me vendo, imaginam que estou drogado ou bêbado ou algo assim. Comentou que a situação da saúde em Arujá é boa, o mérito é de quem gerencia, o Poder Público. Declarou também que a situação da poluição em São Paulo está terrível, porque 5 mil partículas de enxofre, por milhão, são lançadas na atmosfera, enquanto que, na Europa, não chega a 50 partículas. Comentou também que, em Ribeirão Pires, que é 100% manancial e serão devastados 12 quilômetros de área verde. Comentou ainda que, embora se trabalhe quatro meses do ano somente para pagar impostos, muito pouco se recebe em troca. Comentou igualmente que discordava da informação oferecida pela representante da empresa de consultoria, Ana Maria Iversson, de que a expansão do metrô não favorecerá a expansão demográfica urbana. **Lucas Barbosa**, representante da Associação dos Moradores do Parque Aliança de Ribeirão Pires, declarou que sentia prazer em participar dessa audiência de Arujá, cidade que tem 51% do seu território protegido, porque é coberto por mananciais, cujo prefeito manifestou-se contrariamente à implantação no município de um projeto de habitação popular de iniciativa do Governo Federal, com o argumento de que se tinha de respeitar a legislação que determina serem as áreas de mananciais restritivas, e, agora, apóia que o Trecho Sul do Rodoanel Metropolitano Mário Covas desrespeite essa lei, uma vez que devastará os mananciais. Chamou atenção para o discurso dos ambientalistas, pessoas que se preocupam com o meio ambiente, pois, como todos viram, eles propõem que se use asfalto ecológico, e eles se posicionam assim porque em São Bernardo as pessoas são preparadas para respeitar o meio ambiente. Comentou também que considerava uma covardia o Rodoanel atravessar o território de Ribeirão Pires, derrubando cerca de 1 mil 940 residências que pertenceram aos escravos, e obrigando seus moradores a “ir para o aluguel”, o que é desumano uma vez que muitos deles ganham apenas um salário mínimo. Comentou ainda que a compensação ambiental nesse município deve ser feita a partir de um plano, e não plantando as árvores de qualquer jeito, elas têm de ser cuidadas, porque se quer com seu plantio substituir árvores que serão derrubadas e que têm 100 anos, e que, como todos sabem, é preciso muito tempo para que aquelas que serão plantadas alcancem esse porte. Declarou, por fim, que foi pedido como compensação ambiental o plantio de matas ciliares em todos os córregos existentes nos municípios por onde passará o Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas. Propôs que a população de Arujá comece a defender os mananciais, por ser esta uma região de cabeceiras, área de drenagem, pois os Municípios de Suzano, Arujá, Itaquá e Mogi são áreas de recargas, e, ao final, observou que nenhuma indústria sobreviverá sem água, como bem mostra o Nordeste, e que as indústrias que se pretende implantar nessa região só trarão poluição, e que não era técnico e tudo que sabia aprendeu com a vida. **Paulo Barbosa**, representante da Sociedade Amigos do Bairro Vila Maria de Maggi – Suzano, comentou que essa obra já tirou o sossego de todos, porque só em Suzano serão desalojadas mais de 400 famílias, sem contar a devastação que provocará na Bacia do Rio Guaió, área de grande produção rural, e, portanto, sua implantação configura uma irresponsabilidade do Governo do Estado, primeiro, porque é antidemocrática, pois a população não foi ouvida para saber-se se



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

ela quer ou não essa obra; segundo, porque sua implantação viola o artigo 9º da Resolução Conama 01/86; e, terceiro, porque não há transparência na discussão sobre ela. Depois de solicitar uma série de informações ao representante da Dersa, comentou que essa obra foi obra planejada há mais de vinte anos e está sendo implantada agora porque se trata de um projeto político, mas não resolverá os problemas relacionados com o trânsito da RMS, porque, se por um lado retirará os caminhões, por outro aumentará a quantidade de automóveis, e o Rodoanel ficará às moscas, por um preço muito alto que a população terá que pagar, entre outros, a sobrevivência da Represa Billings, embora essa obra seja apresentada nas audiências como a maior e a décima-oitava maravilha do Mundo. Questionou, também, o fato de o representante da Dersa, na audiência de Suzano, ter afirmado que há dezesseis propostas de traçado, mas nas audiências só um é discutido. Argumentou também que existem várias falhas no EIA/RIMA e que a população deveria ler pelo menos o RIMA para ter uma idéia do que a Dersa está propondo. Ao concluir propôs que o representante da Dersa, a representante da JC Prime e o Secretário-Executivo Germano avaliassem bem essa obra antes de conceder a ela a licença prévia da Sociedade Amigos do Bairro do SESC. **Moacir Ricardo de Oliveira** declarou-se morador do Conjunto Habitacional Rodoanel, agradeceu à Dersa e ao Governo do Estado pela construção da casa onde hoje mora. Manifestou-se favorável ao Rodoanel, que teria trazido progresso à cidade onde vive, Osasco, como também acredita trará para a cidade de Arujá. Relatou que a Dersa, em Osasco, restaurou o Parque dos Paturis e procedeu ao replantio das árvores retiradas por conta das obras do Rodoanel. **Elisa Andrade Chaves**, moradora do Jardim Represa, em São Bernardo, informou haver sido indenizada pelo Rodoanel, e que tudo quanto prometido pela concessionária foi cumprido, inclusive quanto à manutenção de vagas escolares. **Luzineide Paulino dos Santos** juntou aos demais seu testemunho de reconhecimento e gratidão pelo Rodoanel. **Jéferson de Neo** disse tratar-se o Rodoanel de um mal necessário. Defendendo os chacareiros, em função da frágil situação em que se encontram, pediu que a eles fosse dedicada especial atenção, e finalizou propugnando pelo respeito ao meio ambiente. Finalizada a presente etapa, passou-se ao segmento em que é dada a palavra aos digníssimos representantes do Poder Legislativo. **Wilson Ferreira**, Vereador pelo Município de Arujá, disse haver por parte dos vereadores de um modo geral, e de sua parte em particular, uma grande preocupação relacionada ao impacto que provocará o Rodoanel em sua cidade e que a preocupação que observou do poder público municipal é particularmente maior com quem está fixado nas áreas que serão impactadas - famílias, proprietários rurais, empresas, e lamentou que a falta de precisão nas informações fornecidas termine por aumentar a tensão existente. Todavia, relatou haver de sua parte, afora essa preocupação, um interesse muito grande em que o Rodoanel se concretize o mais rápido possível na região, dizendo-se certo de que ele trará mais desenvolvimento e possibilitará geração de grande número de vagas de emprego na região. Confessou preocupar-se sobretudo com a desconfiança que o governo, de uma maneira geral, gera quanto às atividades que desempenha e aos compromissos que assume, assunto a respeito do qual disse haver dialogado com as autoridades competentes, e afirmou que atuará como agente facilitador para a implantação da obra. Explicou que o impacto de vizinhança é muito maior do que o próprio impacto ambiental, em decorrência do pequeno trecho da obra a cruzar a cidade, donde sua preocupação com as pessoas afetadas pela obra, razão pela qual considera as medidas mitigadoras e compensatórias antes uma obrigação que um favor da Dersa para com a população. Argumentou que, enquanto vereador, assumia o compromisso de acompanhar, inclusive valendo-se inclusive do Ministério Público estadual, quando e se necessário, bem como dos instrumentos legais cabíveis, todo o processo de licenciamento, de modo a aferir concretamente a implementação das medidas mitigadoras e compensatórias acordadas. Em assim ocorrendo, afirmou, representará o Rodoanel uma nova etapa na história de Arujá. Colocou-se então disponível aos interessados, naquilo que lhe couber fazer, e por fim relatou que a falta de informações era uma problema superado, de vez que estudava a possibilidade de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

agendar uma reunião para o esclarecimento das dúvidas. **Reinaldo Gregório**, Vereador pelo Município de Arujá, reiterou a disposição do Legislativo Municipal de colaborar integralmente no sentido de cobrar da Dersa o cumprimento de tudo quanto prometera durante o processo de licenciamento, fiscalizando a efetivação de todas as medidas acordadas. Redarguiu que, ao contrário do que disse Sra. Denise, a cidade não está abandonada, argumentando que, como representante do Poder Legislativo local, têm trabalhado pelo Jardim Jóia e arredores, e pelo Jardim Emília, que compõe os oito bairros daquela região. Comentou preocupar-se com a desapropriação das áreas do lado direito do Rodoanel, de quem vai para São Paulo, onde se concentram as chácaras de verduras. Antecipou que acompanhará o trâmite indenizatório de todas as famílias atingidas pela obra. Afirmou ainda preocupar-se com a situação dos meeiros, e que tem lutado para que as indenizações sejam calculadas tendo em vista não apenas o valor da área, mas também os lucros cessantes, derivados da paralisação definitiva das atividades. Relatou ter protocolado, neste dia, um documento requerendo que a área do CDHU, no âmbito dos bairros Jardim Elisa, Sítio dos Fernandes e Cerejeiras, seja doada à Prefeitura toda a respectiva área, pertencente ao Município de Arujá, com o fito de se instalar ali núcleos de moradia e também de indústrias, gerando renda para a população local. Apelou para que fosse entregue à municipalidade a área retromencionada, a fim de que novos núcleos, residenciais e industriais, sejam implantados, e com isso gerados novos empregos, entre outros benefícios. Encerrado o presente segmento, passou-se à etapa em que fazem uso da palavra os representantes do Poder Executivo. **João Vani Anunciato**, Secretário Municipal do Planejamento e Meio Ambiente de Arujá, representando ainda o Conselho das Cidades, noticiou ter elaborado um pedido de que constam as reivindicações da população, e que fez encaminhar ao Rodoanel, à Dersa e à Secretaria do Meio Ambiente. E procedeu à leitura do documento: “O Conselho da Cidade do Município de Arujá, que tem por objetivo a gestão democrática participativa do poder público, juntamente com as associações representativas da sociedade civil, vêm, através deste documento, oficializar as questões de demandas em forma de contrapartida por ocasião da intervenção do Rodoanel no trecho Arujá. Assim sendo, passamos a relatar, primeiramente, as medidas compensatórias propostas: construção de uma transposição na Rodovia Presidente Dutra, ligando os bairros afetados pelo traçado do Rodoanel, seja via túnel ou viaduto. A fim de possibilitar o acesso ao centro da cidade e aos bairros dos Jardins Emília, Leika, Joia, Tupi, Cerejeiras, Primavera e Sítio dos Fernandes. Pedimos, também, a abertura de uma estrada paralela ligando o Jardim Joia e Tupi à Avenida Tower, prolongada até a Estrada da Laranja Azeda. Essa intervenção facilitará o acesso dos moradores e também tem por finalidade desenvolver a região, com a abertura de um novo polo industrial, fator determinante para o desenvolvimento da região, gerando emprego e distribuindo renda. Construção de áreas de lazer nos bairros afetados pelo Rodoanel, incluindo ginásio poliesportivo, parques urbanos e praças públicas. Apresentação de Estudo do Impacto Viário — denominado RIV — ao longo de todo o trecho dentro do município, especialmente nos bairros Jardim Emília, Jardim Joia, Leika, Primavera, Tupi, Cerejeiras e Sítio dos Fernandes. Construção de um desvio ao longo e margeando a Rodovia Presidente Dutra, ligando até a Avenida Oscar Schiavon, no entroncamento com o Rodoanel, a fim de criar alternativas, diminuir o trânsito local e aliviar o impacto causado aos moradores do Jardim Emília. Duplicação e pavimentação da Avenida Mário Covas. Apresentação de estudos sobre a Avenida Adília Barbosa Neves, que será interrompida, hoje utilizada por caminhões de carga que trafegam pelo local para acesso ao polo industrial. Apresentar estudo de novo acesso para a região, a fim de possibilitar a ligação da Rodovia Presidente Dutra, mais especificamente Estrada dos Vados, Nippon Country Club, sentido São Paulo. Apresentar estudos de novo acesso ao polo industrial de Arujá, Takara Belmont, pela Rodovia Presidente Dutra para quem dirige sentido Rio-São Paulo, tendo em vista que uma agulha de acesso ao Rodoanel será construída no local. Duplicação da SP-56, Estrada de Santa Isabel-Guarujá-Itaquá, visando desafogar o trânsito pesado da região, que se dirige até Arujá para alcançar a Rodovia



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

Presidente Dutra e, assim, possibilitar alternativa de acesso ao Rodoanel. Ligação da SP-56, na altura do Km 37,4, com a Rodovia Ayrton Senna, no Jardim Caiuby, Itaquaquecetuba. Tem também por finalidade desafogar o trânsito local e permitir acesso rápido à Rodovia Ayrton Senna pelos usuários do entorno imediato, evitando, assim, que os mesmos se dirijam até Arujá para acessar a Rodovia Presidente Dutra. Construção de blocos habitacionais com a finalidade de remover as famílias em áreas de risco, de proteção de mananciais e áreas de proteção permanente. Recuperação e recapeamento asfáltico nos bairros impactados pelo Rodoanel. Aceleração das obras de implantação de saneamento básico na região afetada. Monitoramento eletrônico por câmeras, visando melhorias na segurança pública. Durante a fase de construção do Rodoanel, a DERSA deverá executar todas as obras de acesso. Criação e revitalização dos parques urbanos, visando melhorar a qualidade de vida no município, tendo em vista o desenvolvimento ocasionado pela implantação do Rodoanel. Implantação de viveiros de mudas para os plantios de compensação e capacitação de monitores e coletores de sementes da região, nos moldes do Trecho Sul. Construção de um centro de referência ambiental, no Parque ecológico Jardim Fazenda Rincão. Apresentação de estudo paisagístico ao longo de todo o trecho dentro do município. Apoio institucional ao Programa de Educação de Arujá — Cidade Natureza, Formando Cidadãos. Para terminar, medidas mitigatórias. Apresentação de plano de contingência na construção da obra. Produtores rurais do Jardim Yamamoto - os produtores da região de Arujá, que serão afetados diretamente por desapropriações, cerca de 20 produtores rurais do município, serão atingidos pelo traçado do Rodoanel. Essa intervenção impossibilitará a continuação do exercício da atividade agrícola no local, impactando cerca de 500 pessoas que sobrevivem única e exclusivamente dessa atividade. Ressalta-se, ainda, que o município não dispõe de áreas de cultivo, mesmo porque, o nosso território está inserido em 52% em Área de Proteção de Mananciais, o que é um fator limitante para empreendimentos semelhantes. Nosso pleito visa buscar uma solução para a mudança do atual traçado, de forma a afetar o mínimo possível as propriedades, especialmente aquelas que serão divididas, uma vez que a área remanescente, além de ser muito pequena para a atividade agrícola, estará separada pela rodovia. Esgotadas todas as possibilidades de viabilidade de mudança no traçado, cabe-nos requerer que o nosso pleito seja registrado no sentido de que as áreas sejam indenizadas pelo valor total da propriedade, inclusive calculada considerando os lucros cessantes e não somente pela área desapropriada, tornando assim o valor justo e suficiente para recomencem suas atividades com o mínimo de dignidade, e julgamos que as indenizações devam ser rápidas e justas. Residências, comércios, empresas que serão desapropriados pelo Rodoanel deverão ter o mesmo tratamento. Escolas, postos de saúde, equipamentos públicos que serão afetados pelo Rodoanel deverão ser reconstruídos antes das demolições. Implantação de cortina vegetal ao longo da faixa de domínio do trecho, a fim de diminuir os impactos sonoros e propiciar a dispersão de poeira e agentes químicos. Todos os plantios de recuperação para o cumprimento de compensações ambientais dentro do município e Arujá deverão ser preestabelecidos em comum acordo com a Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. A Dersa deverá criar um canal direto de comunicação para a municipalidade." Concluiu observando que o documento está registrado pelo Conselho da Cidade junto à Secretaria do Meio Ambiente e à Dersa. Em prosseguimento ao regimentalmente previsto, passou-se à etapa em que é ensejada ocasião às réplicas. Observou preliminarmente o **Secretário-Executivo**, entretanto, que foram registradas reclamações quanto à ausência da veículo que a Dersa destinou a prestar informações acerca do Rodoanel em alguns bairros do Município. Acrescentou que nada obsta a que a empresa faça chegar veículos aos bairros mais distantes da cidade, sem contudo deixar de fixar locais onde possam ser encontrados permanentemente. **Paulo Vieira de Souza**, representante da Dersa, informou que, a partir do dia 28, dia da última audiência, deixará, em todos os municípios que serão atravessados pelo Trecho Leste do Rodoanel uma kombi, a critério da Prefeitura Municipal de cada município ou associação, para que fique durante um mês além das



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

audiências atendendo à população e respondendo a seus questionamentos. Esclareceu, no que tange às faixas colocadas na cidade pela Dersa, que de fato foram colocadas dez faixas na cidade de Arujá, nos seguintes locais: Avenida dos Expedicionários, Avenida Amazonas, João Manuel, Praça do Coreto, Rua São Paulo, Avenida Armando Pereira, Oscar Scovan, esquina com a Rua Aroldo e Avenida Dutra, Governador Mário Covas e Francisco Beirão. Observou ainda haver tomado nota de todas as perguntas e demais questionamentos feitos em audiência. Respondendo por primeiro ao ambientalista José Soares, afirmou que todos os programas terão a devida compensação e que, com relação especificamente à APA da Várzea do Tietê, destacou tratar-se do único local de São Paulo onde o Rio Tietê pode ser preservado, pontuando que o Rio Tietê já sofreu grandes prejuízos, que datam da época da execução da Marginal, sob o comando de Prestes Maia. Relatou que a compensação que ora se faz na Várzea do Tietê é a maior de que se tem notícia. Explicou como são estabelecidos os loteamentos clandestinos em terrenos de várzea, e as repercussões do entulhamento dos rios, propondo que se envide esforços na preservação das nascentes, ainda possível. Propôs sejam fiscalizadas as obras do Rodoanel, solicitando aos ambientalistas que, além de fiscalizar as obras e fazer reclamações, encaminhem também sugestões. A questão suscitada a respeito do descumprimento do cronograma de construção dos viveiros nos Trechos Leste e Oeste do Rodoanel, informou que o fato efetivamente ocorreu no Trecho Oeste, e que, partir do Leste, os viveiros serão construídos antecipadamente. No que tange às plantas, esclareceu que o cronograma não pode caminhar conjuntamente com a obra. Enfatizou que o empreendimento é marcado pela transparência, em razão do que inúmeros são os testemunhos positivos. Assegurou não haver problemas na Avenida Jacu-Pêssego, no que diz respeito ao assentamento das famílias, num total de 3 mil 200, e que o acesso ao longo do Rodoanel será garantido a todos quantos ali se encontram. Ponderou que a ausência de pessoas descontentes nas audiências, após implantados tantos quilômetros da obra, testemunha a satisfação das populações dos municípios pelos quais passou o Rodoanel com seu resultado final. Asseverou que o segmento da obra que passará pela fábrica de cartuchos o fará de modo totalmente isolado, através de um túnel, aprovado pela companhia. Observou que são infundadas as críticas que dão conta da ausência de viveiros nas cidades, informando que em cada lote, em cada município, existe um viveiro, e sugeriu que fossem visitados. Com relação às famílias atingidas, disse haver já prestado todos os esclarecimentos. Explicou que, com a melhora no fluxo de veículos por conta do Rodoanel, ocorre também uma diminuição na concentração do gás carbônico na atmosfera. Relatou que nenhuma obra foi realizada sem a aprovação prévia das prefeituras municipais e respectivas secretarias de meio ambiente, e reforçou a inexistência, segundo ele, de omissão na oitiva da população, em quaisquer das audiências. Comprometeu-se a agendar reunião com a população interessada, se julgada necessária, com o fito de dar resposta a todos os questionamentos, e colocou à disposição dos interessados o estudo de impacto ambiental. Pontuou que apenas a Secretaria de Estado do Meio Ambiente tem a autoridade para definir o traçado final do Rodoanel, mas que tanto ela quanto a Dersa se propõem a levar em conta as alternativas porventura aventadas, como têm de fato feito, na medida em que têm sido consideradas as reivindicações municipais. Encerrou assumindo o compromisso de realocar qualquer imóvel, seja ele uma casa, hospital, creche, casa de saúde nas proximidades do local onde antes se encontrava. **Ana Maria Iverson**, em nome da equipe responsável pela elaboração do EIA-RIMA, após agradecer ao Conselho Municipal de Arujá, pela forma proativa com que participou das discussões, destacou a relevância de muitas das questões levantadas. Comentou que, ao lado da facilidade de trânsito resultante de uma obra como essa, é alterada a circulação na rede viária principal. Observou que, ciente disso, o EIA-RIMA utilizou-se dos dados mais recentes que existem, de modelagem e de carregamento, até trinta anos futuros, donde se concluiu pela necessidade de obras suplementares, inobstante os gargalos no sistema urbano, que nada têm a ver com o Rodoanel. Relatou que o que está proposto no EIA é que, a partir daquele momento, seja formada uma comissão e se



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

comece a estudar, em detalhe, caso a caso, essas vias, para ver onde existem gargalos e como ampliá-los ou não. Assumiu então o compromisso de produzir respostas caso a caso, que sugeriu fossem amplamente divulgadas. Quanto ao argumento segundo o qual o Rodoanel estaria inviabilizando a manutenção dos empregos em duas indústrias situadas à sua margem, afirmou não refletir a realidade, posto que tais indústrias não serão afetadas, tendo preservado seu acesso à alça do Rodoanel. Ressaltou que o acesso das indústrias continua o mesmo: terão que acessar a Rodovia Dutra e, a partir dela, o Rodoanel. A propósito do traçado do Rodoanel, informou que ele não afeta a escola, conforme sugerido, mas provavelmente implicará na realocação da UBS – Unidade Básica de Saúde existente, somente depois de discutida a matéria em exposição pública, receberá as contribuições da Secretaria do Meio Ambiente, posteriormente detalhadas no denominado projeto executivo, momento em que talvez se decida pela desapropriação da escola, o que permanece no plano hipotético. Noticiou que o posto de saúde seguirá a disciplina da Dersa, ou seja, receberá um novo local, após consulta à população e à Prefeitura, e que deverá ficar pronto antes da demolição do primeiro. Completou afirmando que a escola permanecerá onde está, sem conseqüências para o ano letivo. Quanto à preocupação com o nível de ruído, detalha que estudos foram realizados, e ainda serão feitos outros, e que dão conta de um impacto menor que o do aumento de tráfego na Rodovia Dutra. Explanou, em linhas gerais, o trâmite da obra, desde a discussão até a aprovação final. Destacou ainda que: 1) o Trecho Leste foi licenciado e começou a obra dispondo da licença prévia, emitida em dezembro de 1997, e das devidas licenças de instalação; 2) o EIA foi elaborado pela Fundação Escola de Sociologia e Política da Escola de São Paulo e que ela foi coordenadora técnica; 3) o traçado do Rodoanel, da forma que é concebido não permite acesso a ruas, avenidas ou o trânsito viário local, não induzindo ao crescimento da cidade de São Paulo; 4) os loteamentos, tanto industriais quanto residenciais, foram construídos de modo que se podia a partir deles acessar a rodovia construída e, através dela, chegar ao centro de São Paulo, levando, pois, à urbanização, o que não acontece com o Rodoanel, porque, se tratando de uma rodovia fechada, ele não permite esse acesso; 5) é enganosa a propaganda que uma imobiliária divulgou em um jornal dizendo “olha, acesso ao Rodoanel”, pois o condomínio aludido pode estar próximo do Rodoanel, mas não tem acesso a ele, e que, portanto, seus moradores levarão o mesmo tempo para chegar a São Paulo que levaria sem a existência do Rodoanel; 6) os bairros industriais, devidamente licenciados pelos municípios, só terão acesso a São Paulo através das rodovias existentes; 7) as árvores não produzem água, elas fazem parte do ciclo de reciclagem e o Rodoanel não consome água; 8) a água é uma preocupação de qualquer pessoa que trabalhe com o meio ambiente e, portanto, uma preocupação predominante da equipe que elaborou o Estudo de Impacto Ambiental, motivo por que o traçado proposto demonstra a preocupação de se oferecer riscos para os mananciais; 8) as soluções técnicas que vêm sendo implementadas no Rodoanel são respeitadas internacionalmente; 9) as duas sugestões formuladas pela bióloga vinculada à entidade Capivari-Monos são bem-vindas e que, em relação ao plantio compensatório, ele é proporcional à área desmatada, e que no desmatamento devem ser consideradas mata nos estágios médio, avançado ou inicial e em estágio pioneiro. José Soares, depois de solicitar à representante da equipe que elaborou o EIA/RIMA que fornecesse a fórmula da água, solicitou à Dersa cópia do vídeo que essa empresa havia apresentado no início da audiência, até por ter sido produzido com dinheiro público e fez crítica ao fato de terem sido utilizados recursos para construir duas obras em um mesmo local, qual seja, a Várzea do Tietê. Declarou, em seguida, que: 1) o vídeo apresentou uma área irregular na bacia, o Jardim das Oliveiras, uma área contaminada, com atestou a CETESB, o que foi divulgado em todos os jornais da região; 2) o Rodoanel passará pelo terreno público onde a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbana construiria residências para diminuir o déficit habitacional no Município de Arujá; 3) no Sertãozinho, foi demolido um patrimônio histórico da década de 40, a Igreja São José Operário; 4) o Rodoanel só beneficiará quem tem carro; 5) os ambientalistas



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

chamariam a Defensoria Pública, porque essa obra não respeita a sociedade nem as autoridades e que sequer há nessa audiência um representante da língua de libras; 6) que um grande número de famílias foi removido do Jardim Edite; 7) que as faixas não foram afixadas nos locais determinados, pois, antes de vir para a audiência, fotografou os lugares onde elas deveriam estar, e que o mesmo aconteceu em Mauá, e que, portanto, a população não dispunha das informações sobre o local onde seriam realizadas essas audiências. Depois de o Secretário Executivo declarar ser política a atitude de cada pessoa que veio a audiência, pois assim procedeu para defender os interesses da cidade, informou que tudo foi registrado e será juntado ao processo e quem tiver interesse ainda de contribuir poderá ainda fazê-lo até o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data da última audiência, no dia 28 de julho, e que toda contribuição encaminhada será endereçada ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, que sobre ela se debruçará e, caso a julguem pertinente, a incorporará ao projeto, e que a Dersa se manifestará em relação a todas elas. Depois de agradecer, em nome do Secretário de Estado Francisco Graziano, a presença de todos, declarou encerrada a audiência. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta, lavrei e assino a presente ata.

*Paula Frassinete de Queiroz Siqueira*